

ENTREVISTA COM JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Estácio de Sá (UNESA), bem como dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Ministrou aulas em vários cursos preparatórios para concursos públicos. Integrou a equipe docente da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (FEMPERJ). Procurador de Justiça do MP/RJ (aposentado), tendo ocupado a função de consultor jurídico do Ministério Público (2009/2012). Presidente de Honra do Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro (IDARJ). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA) e do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Advogado e Consultor Jurídico no Rio de Janeiro.

AUGUSTO NEVES DAL POZZO

Professor da PUC-SP.

ORCID: [<https://orcid.org/0000-0001-8891-7080>].

augusto@dalpozzo.com.br

RICARDO MARCONDES MARTINS

Professor da PUC-SP.

ORCID: [<https://orcid.org/0000-0002-4161-9390>].

ricmarconde@uol.com.br

DOI: [<https://doi.org/10.48143/rdai.24>].

Revista¹ de Direito Administrativo e Infraestrutura (RDAI) – Nossa primeira pergunta é a mais pessoal. Como surgiu a escolha pela área jurídica? E pelo Ministério Público? Como o senhor vê o Ministério Público hoje, o senhor tem críticas à Instituição? Depois pela Academia? Pelo que pudemos apurar, o senhor deu aulas em diversas instituições (Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estácio de Sá (UESA),

1. Como citar esta entrevista | *How to cite this interview*: DAL POZZO, Augusto Neves; MARTINS, Ricardo Marcondes. [Entrevistadores]. Entrevista com José dos Santos Carvalho Filho. Concedida pelo Zoom em 27.09.2021. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura* | RDAI, São Paulo, ano 7, v. 24, p. 391-419, jan./mar. 2023. DOI: [<https://doi.org/10.48143/rdai.24>].

Universidade Cândido Mendes (UCM), entre outras). Como o senhor vê a atividade de professor? Tem críticas? O senhor hoje exerce a Advocacia? Como vê a profissão?

José dos Santos Carvalho Filho – Na verdade, eu pretendia ser professor de latim e grego. Era a minha pretensão, quando eu fiz o antigo “clássico”, porque eu adorava as línguas antigas. Mas quando cheguei ao segundo ano, sobreveio a Lei de Diretrizes e Bases, que eliminou essas matérias praticamente de todos os cursos. Nesse momento, por uma questão de futuro, eu acabei fazendo vestibular para a Faculdade de Direito, entrei na Universidade Federal, antiga Faculdade Nacional de Direito, e acabei gostando também. Para não abandonar aquela minha satisfação, que é inata, ao mesmo tempo que eu estudava Direito, dava aula também. Eu acabei nunca abandonando o magistério, sempre fez parte da minha vida profissional.

Eu trabalho desde os dezenove anos. No primeiro ano da faculdade, fiz concurso para o Banco do Brasil, trabalhei lá por alguns anos. Ingressei no Ministério Público em 1974, pelo último concurso da antiga Guanabara. Logo depois, em 1975, houve a fusão com o estado do Rio de Janeiro. Por isso mesmo, eu ingressei na carreira do MP como defensor público, que antes fazia parte da carreira do Ministério Público no Rio de Janeiro. Era apenas uma carreira. A partir de 1975 é que as carreiras foram desmembradas, e nós, que éramos defensores, fomos transformados em promotores substitutos. Então, essa, em síntese, é a minha história no Ministério Público, onde eu fiquei mais ou menos uns 27 anos.

Vivi os dois momentos na instituição, anteriormente e posteriormente à Constituição. Na verdade, foram dois Ministérios Públicos. O Ministério Público posterior à Constituição realmente recebeu um fortalecimento, uma identificação, que anteriormente não existia, e eu confesso a você que, ao mesmo tempo que eu ingressei no MP, também fiz concurso para Juiz Federal. Naquele momento, embora aprovado, acabei optando por ficar aqui no Rio de Janeiro, ingressando na carreira do Ministério Público.

O que posso te dizer sobre o Ministério Público é que é uma instituição, teoricamente, fadada à defesa de valores democráticos de forma muito séria. Mas, como nem tudo são flores nessa vida, eu tenho, hoje, uma crítica muito séria dentro Ministério Público, que é a sua politização. Nós não éramos politizados, nós não éramos ligados a nenhum tipo de poder. Lembro-me muito bem que, mesmo depois de aposentado, fui consultor jurídico de quatro Procuradores-Gerais. Apesar de aposentado, me convidaram para uma função de confiança, para a consultoria direta. Eu sempre ressaltava que eu não seria a pessoa ideal, porque eu jamais me curvaria a qualquer tipo de interesse, que minha convicção e a minha reputação eram mais importantes do que tudo isso. E eles sempre diziam:

estar atrelados a polarizações ideológicas, em minha opinião. Se não, obriga-se a abdicar das próprias convicções, muitas vezes, por razões de ofício, o que é pior, para atender a determinadas situações.

Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura (RDAI) – Como o senhor vê o ensino no Direito atualmente? Parecemos vivenciar uma crise no uso do vernáculo e no aprofundamento teórico. Como lidar com isso?

José dos Santos Carvalho Filho – Eu considero uma crise, sim. Como eu comecei a lecionar em 1975, no curso superior, eu acompanhei bem de perto toda a evolução das admissões nas Universidades, e posso garantir que o nosso tempo de conhecimento, de estudo, de aprofundamento, não é mais o tempo de agora. Eu estudei, e, inclusive, lecionei português durante muito tempo para curso preparatório. Em certo momento, na Faculdade, eu tive que parar para pensar e dizer o seguinte: “eu não posso mais corrigir palavras dos alunos, eu só coloco um traço embaixo para dizer que estava errado, mas eu não posso mais avaliar esse aluno pelo que ele escreve, porque ele não foi avaliado quando entrou na Faculdade. Essa avaliação deveria ter sido feita na entrada, não depois”.

Então, eu vejo a questão do vernáculo como extremamente delicada. Eu não sei qual vai ser o futuro disso, porque as gerações, a cada dia mais, estão substituindo os livros pelos *tablets* e celulares. Estão substituindo as linguagens prosaicas pelas linguagens enigmáticas das mensagens de WhatsApp. Essa coisa me preocupa muito e o que eu venho notando é que algumas pessoas estão tendo dificuldade de se expressar.

Estou afastado das Faculdades, mas eu tenho muita curiosidade de saber como os alunos estão, atualmente, fazendo as suas exposições. Eu queria saber como é que estão sendo feitas as dissertações, o raciocínio teórico. Eu vejo com muita dificuldade, porque eu fiz vestibular até de latim. Quando eu vejo, assim, o que está se passando hoje, eu vejo uma crise perigosa. Nós vamos ter que aceitar, dificilmente vamos poder retornar ao sistema anterior. Nós podemos minimizar os efeitos, mas, penso, para mim, é como se fosse uma terra abandonada.

Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura (RDAI) – Por fim, qual é a sua mensagem para os operadores do direito e para os estudantes do direito público?

José dos Santos Carvalho Filho – Eu acho que há dois pontos muito importantes. O primeiro é que o Direito é uma ciência linda. Não tem culpa da gente, não tem culpa das pessoas. Se ele é mal posto, mal formulado, mal executado, a culpa não é da Ciência do Direito. Ele é uma ciência que quem aprendeu a admirar e a amar sabe que ainda deve acreditar nela.

A mensagem que eu passo é a de que o operador do Direito tenha a humildade de reconhecer que ele vai continuar sendo, em certa medida, um ignorante, porque o Direito é inesgotável. O que eu observei na minha vida é que quanto maior

for a prepotência, quanto maior for a vaidade do operador do Direito, mais ele vai demonstrar a sua mediocridade. Acho que os operadores que não são mediócras não têm interesse em elevar seus egos, não têm interesse em que suas opiniões sejam verdades absolutas. O mais importante no Direito, essa é a mensagem que eu passo, é que as pessoas saibam que ele vive sob o império da dialética. A uma tese pode corresponder a uma antítese, e o que se deve buscar é a síntese.

Essa é a ideia central que me parece importante passar. Encerrando essas observações, afirmo que foi muito bom rever esses temas todos. Então eu quero, mais do que nunca, primeiro, expressar que foi um grande prazer, agradecer muito esse convite que me foi formulado. Expresso aqui, sinceramente, a minha honra em poder, de alguma forma, colaborar com a revista.